

Apresentação ao Dossiê

Sociolinguística Brasileira: os Olhares do Sul na Desestabilização dos Modelos Herdados

Tânia Ferreira Rezende
Universidade Federal de Goiás

Daniel Marra da Silva
Instituto Federal do Tocantins
Universidade Federal do Tocantins

O ano de 1917, no Brasil, foi marcado pela Greve Geral dos/as trabalhadores/as, um importante acontecimento para as classes e grupos brasileiros marginalizados. Depois dessa mobilização, houve um remanejamento social nos principais centros do país, que vem reverberando por todo o território brasileiro, desde então. O que percebemos, cem anos depois, sobretudo, atualmente, com as políticas de ações afirmativas, que têm permitido o acesso às universidades públicas às pessoas das classes trabalhadoras e dos grupos étnicos subalternizados, é que as práticas linguísticas dos muitos e variados grupos de brasileiros/as não ficaram imunes a esse acontecimento.

Também em 1917, foi publicada a obra *Tropas e boiadas*, de Hugo de Carvalho Ramos, de suma importância para a Literatura identitária do Brasil Central (compreendendo, atualmente, os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato

Grosso do Sul, Tocantins e o Distrito Federal). A obra dá visibilidade à linguagem e à vida do tropeiro e do vaqueiro, das pessoas simples do campo, e constrói um ethos do caipira. É defendida na literatura de Hugo de Carvalho Ramos, embora não seja configurada, uma linguagem, que virá a ser descrita em 1920, por Amadeu Amaral, como o dialeto do caipira, fornecendo, assim, uma materialidade original e inédita à dialetologia brasileira.

Em 1918, foi encerrada a brutal I Guerra Mundial, de cujas consequências nenhum país, pobre ou rico, ficou isento. A pobreza e as pestes assolaram o mundo inteiro e as classes humanas marginalizadas tiveram sua situação de miséria ainda mais agravada. A gripe espanhola invadiu o Brasil e, em novembro de 1918, vitimou o recém-reeleito, por voto direto, presidente brasileiro, Francisco do Nascimento Rodrigues Alves. As diásporas, em todos e por todos os continentes, favoreciam trocas linguísticas inimagináveis e, em muitos casos, inaceitáveis. A expectativa de vida das pessoas menos abastadas diminuía na mesma proporção em que o léxico das línguas se ampliava. O léxico da dor, do sofrimento e da revolta foi ampliado e intensificado, no século XX.

Nessa corrente migratória, de corrida pela vida, o governo brasileiro continuava sua política de incentivo à “importação” de trabalhadores/as estrangeiros/as para suprir a mão de obra nas lavouras e nas fábricas. O mesmo compasso polifônico apressado que entrelaçou as falas dos tijupás, das senzalas e dos quilombos, compondo as cantorias dos eitos, das roças, dos povoados e vilas, agora compõe acordes com vozes de diferentes lugares do mundo se abraçando nas lavouras e nas fábricas brasileiras, constituindo mais uma vez outras línguas e outros/as brasileiros/as.

Se temos, no Brasil, como o idioma nacional, declarada na Constituição, a língua portuguesa, temos também, declarada na mesma Constituição, a língua brasileira de sinais – Libras, como a primeira língua dos/as surdos/as, e temos em vários municípios brasileiros, as línguas locais, indígenas e de imigração, cooficializadas (para mais informações, consulte Ipol em: <<http://e-ipol.org>>), e muito mais de 200 línguas são efetivamente faladas no território brasileiro.

Não formamos a nação brasileira sonhada pelos colonizadores e imperialistas, não somos a unidade nacional, em torno da identidade brasileira única e da língua portuguesa culta lusitana. Somos um país de um povo sociolinguisticamente diverso, plural e complexo. Venceram os/as trabalhadores/as que fizeram a Greve Geral, venceram os/as intelectuais da Semana de Arte Moderna e o povo brasileiro dos tijupás, das senzalas, dos quilombos, das minas, dos eitos, das roças, das lavouras, das fábricas, das colônias de imigrantes, dos acampamentos de ciganos, das vilas, dos povoados, das cidades, enfim, o caleidoscópio humano do Brasil.

Cem anos depois da Greve Geral e cem anos depois do fim da I Guerra Mundial e perto dos cem anos da Semana de Arte Moderna, portanto, próximo do bi-centenário da Independência do Brasil, o marco inaugural de nossa emancipação política e cultural, temos, seguramente, consolidada uma Linguística brasileira, que sustenta uma Sociolinguística brasileira. Não negamos nossos/as antecessores/as nem nos curvamos diante deles/delas. O que temos agora, devemos a cada uma e a cada um das e dos que nos antecederam. Rendemos nossas homenagens às e aos intelectuais que lutaram, em todo tipo de batalha, para libertar nossos corpos (corpo por inteiro) dos grilhões das opressões colonial, imperial e republicana. Os povos que, no Brasil, tiveram sua voz silenciada e seus corpos tombados, durante a colonização, as lutas pela independência, as lutas abolicionistas, que ainda não acabaram, as lutas republicanas, que ainda permanecem, às e aos que morreram na Greve Geral, de 1917, às e aos que morreram na I Guerra Mundial, às e aos que fizeram a Semana de Arte Moderna, às e aos que morreram durante a ditadura militar brasileira: todas essas pessoas construíram o Brasil, a Linguística e a Sociolinguística brasileiras.

A temática proposta para esta edição de Linguística da Revista Porto das Letras reflete a insurgência de uma Sociolinguística brasileira, feita por intelectuais de diferentes lugares sociais, culturais e étnicos, em decorrência da construção social, histórica, política e linguística do Brasil, desde o período

colonial brasileiro até os dias atuais. A construção dessa Sociolinguística, ancorada na construção da Linguística brasileira, tem como marco principal os cem anos da Greve Geral de 1917, acontecimento que antecede a Semana de Arte Moderna, de suma importância para a Sociolinguística brasileira. A escolha desses acontecimentos se justifica pelo fato de esse período ter aberto espaço e dado voz aos grupos brasileiros marginalizados. Essa temática se sustenta e se faz relevante também, porque a Sociolinguística brasileira, no avançar do século XXI, apresenta uma construção forte e respeitada de novas epistemologias e novos arcabouços teóricos para se pensar a relação entre a linguagem, a sociedade e a cultura. Essa construção envolve os estudos com e por povos indígenas, afro-brasileiros, quilombolas, imigrantes, ciganos, a relação, cada vez mais tênue e questionada, entre rural e urbano etc.

O artigo 1 – Diversidade, linguística e dominação: como a teoria linguística pode fomentar um tipo de política a que a maioria dos linguistas se oporia – de Nick Riemer, da Universidade de Sidney, traduzido por Daniel Marra e Tânia Rezende, abre esta edição e convida ao debate sobre a relação entre linguística e política.

Em seguida, os artigos 2, 3, 4 e 5, respectivamente, Distribuição complementar consonantal nos dados do AUFAGO, de Sebastião Elias Milani, As Capitais Brasileiras e suas Designações para Isqueiro: um Estudo com os Dados do ALiB – de Amanda Chofard e Dayse de Souza Lourenço Simões, e Análise dos fenômenos linguísticos presentes na letra da música paraense: Voando pro Pará, de Sandra Emanoeli Barros Silva, Lucia Deodata Reis e Maria do Carmo Acácio, e Um poquin de Goiás: usos do diminutivo no Noroeste Goiano, de Aline da Cruz e Rita de Cássia de Oliveira Azevedo, são importantes, porque articulam Sociolinguística e Dialectologia, mantendo nossos laços com as tradições fundadoras das pesquisas de campo no Brasil. O artigo 5 merece um destaque, porque inova, ao relacionar os resultados com motivações sociais, culturais e afetivas dos/as falantes.

No artigo 6, – Práticas linguísticas e espacialidades: um retorno ao “lugar”, Karla Alves de Araújo França Castanheira discute como a relação com o

lugar pode construir práticas linguísticas, que, por sua vez, constroem o próprio lugar. Esse artigo estabelece uma relação entre os estudos sobre lugares, conforme a tradição dialetológica brasileira, mas com uma metodologia e um arcabouço teórico totalmente novos e inovadores.

O artigo 7 – Atitudes linguísticas dos falantes portuenses frente ao uso do pronome tu –, de Maria Rilda Alves da Silva Martins, Carine Haupt, Daniel Marra, Maria Marta Pereira Scherre, trata do uso do ‘tu’ em Porto Nacional-TO e das atitudes dos/das falantes de Portuenses sobre esse uso. É uma potente discussão variacionista laboviana, que insere o Tocantins no mapa do “tu” no Brasil. Este artigo representa a sociolinguística variacionista brasileira, de suma importância para a consolidação da Sociolinguística brasileira e para a declaração do português brasileiro como a língua do Brasil, portanto, muito importante para representar o momento histórico desta edição da revista Porto das Letras.

No artigo 8 – Emergência de um padrão surdo em português escrito –, Bruno Gonçalves Carneiro, autoridade no estudo e no ensino de Libras e de português para surdos, discute, politicamente, sobre a emergência de uma escrita de surdos/as por e para surdos/as; este artigo representa a enfrentamento da norma única da língua portuguesa e a defesa da agência do povo surdo e a defesa de uma epistemologia surda. Na sequência, em 9 – Português Tapuia: um signo de resistência indígena –, a professora indígena Tapuia, Eunice Rodrigues, do lugar político de fala da intelectual indígena na academia, e de seu lugar de existência da mulher indígena, defende a insurgência do Português Tapuia como a língua do povo Tapuia, seu povo, como um signo de resistência identitária e política dos/as Tapuia. Trata-se do enfrentamento político da “imagem de controle” (COLLINS, 2002) social que impõe aos indígenas um fenótipo, um padrão cultural e uma língua para que sejam aceitos como indígenas. No artigo 10 – “Ser Tapuia é ser construtor do ser Tapuia” – Posturas sociolinguísticas decoloniais –, Ana Elizabete Barreira Machado, assume o lugar de fala da intelectual negra e propõe uma discussão sócio-pragmática, em que a partir das palavras do professor Tapuia, interpreta o que é ser Tapuia para o Tapuia, discute

e propõe posturas sociolinguísticas decoloniais. Na mesma linha de discussão, em 11– Desobediência linguística: por uma epistemologia liminar que rasure a normatividade da língua portuguesa – Tânia Ferreira Rezende e Daniel Marra convidam o/a leitor a refletir sobre a linguagem como ação política para a construção da democracia, mesmo que para isso sejam necessários atos de desobediência linguística. Esse conjunto de artigos configura a proposta política de construção da Sociolinguística decolonial, que tem como lócus de enunciação o Brasil Central ou cerrado central do Brasil.